CÂMARA MUNICIPAL DE
SANTO ANDRÉ

INDICAÇÃO

INDICAÇÃO de Criação do Conselho Municipal de Políticas LGBTQIA+ de Santo André. AUTOR: Vereador Ricardo Alvarez (PSOL)

Senhor Presidente

O Conselho Municipal de Políticas LGBTQIA+, enquanto órgão colegiado, autônomo e permanente, de caráter consultivo e propositivo, tem por objetivos atuar na promoção da cidadania e na defesa dos direitos dessa população, bem como contribuir para a construção de uma cidade mais segura e plural. Caracteriza-se, portanto, como um importante instrumento para garantir a participação social e a criação/manutenção de políticas públicas de maneira democrática.

CONSIDERANDO que, atualmente, o município de Santo André não possui um Conselho LGBTQIA+ formalmente instituído, o que representa uma lacuna na estrutura de participação social e na garantia de direitos de uma parcela significativa da população;

CONSIDERANDO que a criação deste conselho é medida urgente e necessária para ampliar e institucionalizar a participação da população LGBTQIA+ na elaboração, no monitoramento e na avaliação das políticas públicas municipais dirigidas a ela, assegurando que suas demandas específicas sejam ouvidas e atendidas pelo poder público;

Diante do exposto,

INDICO ao senhor Prefeito Municipal, Gilvan Ferreira de Souza Jr., que promova a imediata criação do Conselho Municipal de Políticas LGBTQIA+ de Santo André, a fim de garantir a devida representatividade e participação social desta comunidade, fomentando a construção de políticas públicas transversais que efetivamente promovam a cidadania, o combate à discriminação e uma cidade mais justa e igualitária para todos os seus habitantes.

1) Gilvan Ferreira de Souza Júnior - Prefeito Municipal Prefeitura Municipal de Santo André

Plenário "João Raposo Rezende Filho - Zinho", 25 de agosto de 2025.

Ver. Ricardo Alvarez
VEREADOR

Autenticar documento em <https://camarasempapel.cmsandre.sp.gov.br/autenticidade> com o identificador 360034003700370031003A005000. Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que instituiu a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.